

Intervenção de sua Excelência o Ministro do Trabalho, Solidariedade e  
Família de São Tomé e Príncipe na II Conferencia dos Responsáveis de  
Género da CPLP

Senhor Ministro da Presidência de Portugal

Senhora Ministra da Saúde de Portugal

Antes de mais gostaria de saudar as senhoras e senhores representantes dos Estados da CPLP, as agências do Sistema das Nações Unidas e as Organizações da Sociedade Civil aqui presentes, pela oportuna iniciativa de realizar a II Reunião Ministerial da Igualdade de Género no quadro da CPLP.

Gostaria de agradecer particularmente ao Governo Português por sediar tão importante evento, que constitui uma oportunidade única para podermos articular de forma estruturada e sistemática a dimensão da igualdade de género na CPLP.

Esta reunião acontece precisamente este ano em que estamos a avaliar o cumprimento da Plataforma de Acção de Beijing, 15 anos após a sua adopção, o 10º aniversário da adopção dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento e o 10º aniversário da Declaração de Maputo sobre a Igualdade de Género.

Esforços têm sido desprendidos nos nossos países para podermos cumprir esses compromissos assumidos internacionalmente, mas, após o balanço, reconhecemos que muito resta ainda por fazer.

Em São Tomé e Príncipe, adoptamos em 2007 a Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género - ENIEG e criamos no mesmo ano o Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género, como quadro institucional para a sua implementação.

A ENIEG articula-se a volta de 5 eixos fundamentais, a saber:

1. Promoção económica das mulheres no meio rural e no meio urbano;
2. Promoção da igualdade e equidade ao nível da educação e da formação;
3. Melhoria do estado de saúde e da saúde reprodutiva das adolescentes e das mulheres;
4. Reforço da aplicação dos direitos e da participação da mulher na tomada de decisão;
5. Reforço dos mecanismos institucionais a favor da igualdade e equidade de género.

Considerando o carácter multi-sectorial dessa estratégia, tem-se vindo a formar pontos focais sectoriais para assegurarem a integração da dimensão género nos planos, programas e orçamentos dos diferentes sectores bem como o respectivo seguimento e a avaliação.

No domínio da educação alcançamos a paridade ao nível do 1º ciclo do ensino básico e ao nível do ensino secundário os rapazes ainda ultrapassam as raparigas em 14%

No domínio da saúde, esforços têm sido feitos sobretudo no domínio da saúde reprodutiva nomeadamente melhoria da oferta e da prestação de serviços, comunicação para mudança de comportamentos, disponibilidade de preservativos masculino e feminino, atendimento pré e pós natal incluindo subvenção alimentar para as parturientes seropositivas.

No que se refere a participação nos postos de tomada de decisão já tivemos duas mulheres chefiando o governo e, hoje, apesar da proporção no governo ser inferior a 20% as mulheres que estão no governo, estão

nas áreas da Defesa Nacional, Justiça e Assuntos Parlamentares, Plano e Finanças.

Com vista a aumentar a proporção de mulheres nos postos de tomada de decisão, o Instituto nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género em parceria com as organizações de mulheres dos partidos políticos com assento parlamentar, promoveu uma acção junto aos órgãos de soberania, que culminou com a aprovação de uma Resolução da Assembleia Nacional que recomenda uma representação feminina mínima de 30% nas diferentes instâncias políticas e cívicas.

Minhas senhoras e meus senhores

O tema “Género, saúde e violência” escolhido para esta Conferência engloba, os dois maiores desafios à igualdade entre os sexos, nomeadamente a Violência Baseada no Género e a pandemia do VIH/SIDA.

Em São Tomé e Príncipe, a violência baseada no género, sobretudo a violência doméstica tem constituído um problema muito sério e motivo de preocupação para o governo e outras instituições.

Em 2006, criamos o Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica em São Tomé e posteriormente na Região do Príncipe, uma instância de prevenção, de divulgação, de sensibilização de valores da convivência familiar e para a qual as vítimas possam recorrer.

Criamos também uma linha verde e um Centro de Acolhimento às Vítimas durante o intervalo de 48 horas. Em 2007, aproveitando o lema das Nações Unidas alusivo ao dia 8 de Março, foi lançada, por Sua Excelência o Sr. Presidente da República a campanha pelo “Fim da impunidade da violência contra a mulher” e no ano seguinte a Assembleia Nacional aprovou as Leis nº11 e 12 respectivamente sobre a Violência Doméstica e Familiar e sobre o Reforço dos Mecanismos de Protecção Legal devidas às Vítimas de Crimes de Violência Doméstica e Familiar”

Criados os mecanismos, temos vindo a constatar que o número de casos denunciados tem vindo a aumentar progressivamente de 168 casos denunciados em 2007 para 1029 casos em 2009.

Um dos nossos desafios neste domínio é a elaboração de um plano estratégico nacional contra a Violência Baseada no sexo.

Minhas senhoras e meus senhores

A epidemia do HIV/SIDA, constitui outro grande desafio ao desenvolvimento ao progresso e à estabilidade social, tal como mencionamos na Carta do Rio de Janeiro aprovada na I Reunião Ministerial de Políticas para Mulheres e VIH-SIDA.

Em São Tomé e Príncipe, apesar dos dados epidemiológicos apontarem para uma redução da prevalência nas grávidas, ou seja de 1,5% em 2005 para 0,6% em 2008, não deixa de ser um problema muito grave, tendo em conta a dimensão da nossa população e os comportamentos de risco ainda prevalentes na sociedade.

De forma global, os dados do IDS (Inquérito Demográfico Sanitário) realizado em 2008, apontam para 1,5% da população geral, em relação a 1% detectados em 2001.

Várias têm sido as acções implementadas com o apoio de parceiros bi e multi-laterais e algumas ONGs nacionais e estrangeiras, nomeadamente disseminação de mensagens de prevenção, reforço das capacidades dos prestadores de serviço e dos jovens pares para acções de informação, educação e comunicação, produção e reprodução de materiais de comunicação para jovens, distribuição gratuita de preservativos no sector da saúde e extra saúde como bares e discotecas, testagem voluntária, apoio médico e psico-social, distribuição gratuita de medicamentos para o tratamento de doentes de SIDA e para as infecções oportunistas, acções de informação e formação com trabalhadoras do sexo, entre outras.

Em Janeiro de 2009, lançamos o preservativo feminino, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a População, em parceria com o Programa Nacional de Luta Contra o SIDA, O Programa de Saúde Reprodutiva e o Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género. Este Instituto tem vindo a fazer, em parceria com as citadas ONGs, campanhas distritais de lançamento deste preservativo

Minhas senhoras e meus senhores

Estamos todos conscientes de que a prevalência do VIH/SIDA é, não só uma ameaça à saúde pública como também um desafio ao desenvolvimento e ao progresso, à redução da pobreza e a estabilidade social.

Estamos também conscientes de que as mulheres são as maiores vítimas, devido a desigualdade de género, a violência, a discriminação, certas práticas culturais que contribuem para aumentar a sua situação de maior vulnerabilidade.

Excelências

A promoção da igualdade e equidade de género, através da implementação da Plataforma de acção de Beijing, da implementação das Convenções Internacionais dos quais somos signatários, associadas a uma maior alocação de recursos para as actividades específicas de promoção da mulher poderão constituir estratégias seguras contra estes grandes problemas que bloqueiam a nossa acção com vista a atingir as metas do Objectivos do Desenvolvimento do Milénio.

Unamos os nossos esforços, na certeza de que o instrumento comum de que dispomos, a língua, nos permita partilhar experiências e construir estratégias comuns com vista a melhorar as questões ligadas a igualdade e equidade de género nos nossos países em particular e na comunidade em geral.

Portanto, regozijamo-nos com a ideia da institucionalização da Reunião de Ministros Responsáveis pela Igualdade de Género da CPLP e,

manifestamos o nosso acordo, em termos globais, com os documentos que serão adoptados nesta reunião.

Obrigado pela vossa atenção